

Poder Legislativo - São Fernando - RN

Rua Capitão João Florêncio nº 45 – Centro São Fernando-RN Edifício Veredor Tobias Fernandes – e-mail: camaramunicipal2015@hotmail.com

GNET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÍDIA EIRELI

Contratada

Contratante

MISÆL BRUNO DE Araújo SILVA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN

São Fernando/RN, 31 de Janeiro de 2023.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e
acordo conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em duas (02) vias
de igual teor e forma, para um só efeito.

Parágrafo Único - Fica eleito o fórum da justiça Comum Estadual, com sede na cidade
de Caicó/RN, da qual é parte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado
que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

Parágrafo Único - Os casos não previstos neste instrumento contratual, aquil
denominados "casos omissos" serão resolvidos entre as partes, respeitado o objetivo
do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial Lei
Federal nº 14.133/2021, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os
Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do direito privado, de
conformidade com o art. 89 do mesmo diploma legal.

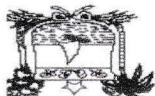
CLAUSULA 20º DO FÓRUM

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Estado do Rio Grande do Norte

CMF/RN PROCESSO N° 2023.01.0006



Poder Legislativo – São Fernando - RN

Parágrafo Quinto. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de

acertamento que garanta o cumprimento das obrigações fiscais.

Parágrafo Sexto. Haverá erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou quando o contrato estabelecer que impõe a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestando até que o contrato prove que as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não

Parágrafo Setimo. Eventual desconto do valor de retenções tributárias cabíveis,

- i) O prazo de validade;
- ii) A data da emissão;
- iii) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- iv) O período respectivo de execução do contrato;
- v) O valor a pagar; e
- vi) Eventual desconto do valor de retenções tributárias cabíveis;

Parágrafo Sexto. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais ao documento, tais como:

Parágrafo Quinto. Quando houver glosa parcial do objeto, o contravinte deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

Parágrafo Quarto. Quando houver glosa parcial do objeto, o contravinte deverá

termo de Referência.

Parágrafo Quinto. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no

Parágrafo Terceiro. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Parágrafo Segundo. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez)

Parágrafo Primeiro. O pagamento será efetuado após a prestação do serviço, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, correspondente à efetiva prestação, estabelecidas na proposta da CONTRATADA.

Câmara Municipal de São Fernando
Estado do Rio Grande do Norte



16

Tobias Fernandes - e-mail: camaramunicipal12015@hotmail.com

Rua Capitão João Florêncio nº 45 – Centro São Fernando-RN Edifício Vereador

Poder Legislativo – São Fernando - RN

que constituiem o Processo/CMSF/RN nº. 2023.01.0006.

Parágrafo único – O presente contrato é adstrito aos princípios consagrados no art. 5º da Lei Federal nº. 14.133/2021, e a proposta da CONTRATADA e demais pegas

CLÁUSULA 10. DA VINCULAGÃO

de abril de 2021.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA terá direito a rescisão contratual nas hipóteses do art. 137, § 2º, incisos I, II, III, IV e V da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de art. 138, incisos I a III, parágrafo 2º.

Parágrafo terceiro – A rescisão administrativa, a CONTRATADA saú assessorados os direitos previstos no art. 137 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021. Na hipótese de ocorrer sua rescisão administrativa, a CONTRATADA saú assessorados os direitos previstos no art. 138, incisos I a III, parágrafo 2º.

CLÁUSULA 9. DA RESCISÃO CONTRATUAL

Parágrafo primeiro – A rescisão do presente contrato ocorrerá de acordo com o art. 137 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021. Na hipótese de ocorrer sua

Parágrafo segundo – A rescisão do presente contrato ocorrerá de acordo com o art. 138, incisos I a III, parágrafo 2º.

Parágrafo terceiro – Facilitar a fiscalização procedida por órgãos do cumprimento de normas, cientes da contratação do resultado das inspeções;

IV - Executar a fiscalização procedida por órgãos do cumprimento de normas, aos profissionais da Câmara Municipal de São Fernando/RN;

V - Manter durante toda a vigência do contrato as condições habilitadoras e técnicas, cientes da contratação do resultado das inspeções;

VI - Executar o contrato de acordo com as normas em vigor, observando-se, em todo caso, as recomendações e orientações emanadas do CONTRATANTE;

II - Responsabilizar-se por quaisquer prejuízos causados a terceiros, principalmente que lhe forem causados, observando-se ainda a:

III - Executar o contrato de acordo com as normas em vigor, observando-se, em todo caso, as recomendações e orientações emanadas do CONTRATANTE;

IV - Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços, objeto deste Contrato, dentro das condições pactuadas;

V - Executar o contrato de acordo com as normas em vigor, observando-se, em todo caso, as recomendações e orientações emanadas do CONTRATANTE;

VI - Executar o contrato de acordo com as normas em vigor, observando-se, em todo caso, as recomendações e orientações emanadas do CONTRATANTE;

CLÁUSULA 8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cadastrado Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88

Câmara Municipal de São Fernando

Estado do Rio Grande do Norte



CMSF/RN PROCESSO N° 2023.01.0006

Poder Legislativo - São Fernando - RN

Tobias Fernandes - e-mail: Camaraunicipal2015@hotmail.com

Rua Capitão João Florêncio nº 45 - Centro São Fernando-RN Edifício Vereador

CLAUSSULA 19.^a DOS CASOS OMISSOS

Parágrafo Quarto - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apositila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes imobiliária e contratante podem exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor imobiliário do contrato.

Parágrafo Primeiro - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLAUSSULA 18.^a DAS ALTERAÇÕES

Parágrafo Segundo - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Primeiro - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações artilho 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assentados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Único - O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato no sítio oficial da Câmara Municipal e na imprensa oficial no prazo máximo de dez (10) dias úteis, a contar da data de sua assinatura, em conformidade com o art. 94, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLAUSSULA 17.^a DA EXTINGUAÇÃO DO CONTRATO

Parágrafo Único - a contrar da data da assinatura e publicação do instrumento contratual na imprensa oficial prologando-se por 12 meses, podendo ser protocolado mediante acordo entre as partes, dentro dos limites impostos pela Lei Federal nº 14.133/2021 de acordo com o artigo 106.

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Estado do Rio Grande do Norte

CMSF/RN PROCESSO Nº 2023.01.0006



Poder Legislativo - São Fernando - RN

que constituem o Processo/CMSF/RN nº 2023.01.0006.
Parágrafo único - O presente contrato é adstrito aos princípios consagrados no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, e a proposta da CONTRATADE é demais pegas

CLAUSULA 10º DA VINCULAGÃO

de abril de 2021.
hipóteses do art. 137, § 2º, incisos I, II, III, IV e V da Lei Federal nº 14.133, de 1º.
Parágrafo segundo - A CONTRATADE terá direito a rescisão contratual nas art. 138, incisos I a III, parágrafo 2º.
rescisão administrativa, a CONTRATADE só assegurados os direitos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Na hipótese de ocorrer sua

Parágrafo primeiro - A rescisão do presente contrato ocorrerá de acordo com o art.

CLAUSULA 9º DA RESCISÃO CONTRATUAL

profissionais apresentadas no momento da formalização da contratação.
V - Manter durante toda a vigência do contrato as condições habilitadoras e técnicas- científicas o CONTRATANTE do resultado das inspeções;
IV - Facilitar a fiscalização procedida por órgãos do cumprimento de normas, aos profissionais da Câmara Municipal de São Fernando/RN;
II - Responsabilizar-se por quaisquer prejuízos causados a terceiros, principalmente caso, as recomendações e orientações emanadas do CONTRATANTE;
I - Executar o contrato de acordo com as normas em vigor, observando-se, em todo que lhe forem confiados, obrigando-se ainda a:

Parágrafo primeiro - Na execução deste Contrato, evidará a CONTRATADE todo empenho e dedicado necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos de serviços e competências que ultrapassarem a competência do representante devendo ser solicitadas a Secretaria de Administração em tempo hábil, para adogarão c) as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante desempenhar os serviços, objeto deste Contrato, dentro das condições pactuadas;

Parágrafo segundo - Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADE possa II - Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADE possa de medidas convenientes.
c) as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante devendo ser solicitadas a Secretaria de Administração em tempo hábil, para adogarão c) as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante desempenhar os serviços, objeto deste Contrato, dentro das condições pactuadas;

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Estado do Rio Grande do Norte



CLÁUSULA 19º DOS CASOS OMISSOS

forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Quarto – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na

imediatamente autorizada do termo do contrato.

Parágrafo Terceiro – As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes podem exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor

Parágrafo Segundo – O CONTRATO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial autorizado do contrato.

Parágrafo Primeiro – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 18º DAS ALTERAÇÕES

mesma Lei.

Parágrafo Segundo – Nesta hipótese, aplica-se também os artigos 138 e 139 da ampla defesa.

Parágrafo Primeiro – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por alguma das motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assentados o contraditório e a

CLÁUSULA 17º DA EXTINGUAÇÃO DO CONTRATO

inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Único – O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato no sítio oficial da Câmara Municipal e na imprensa oficial no prazo máximo de dez (10) dias úteis, a contar da data de sua assinatura, em conformidade com o art. 94,

CLÁUSULA 16º DA PUBLICAÇÃO

14.133/2021 de acordo com o artigo 106.

Parágrafo Único – a contrar da data da assinatura e publicação do instrumento contratual na imprensa oficial prologando-se por 12 meses, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, dentro dos limites impostos pela Lei Federal nº

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Estando do Rio Grande do Norte



Parágrafo Primeiro - O regime de execução ocorrerá diretamente, mediante a prestação do serviço que devirá seguir a diretrizes impostas pelo legislativo municipal e Termo de Referência desse procedimento, não podendo a contratada de modo algum, não cumprir com as cláusulas impostas pelo executivo municipal.

CLÁUSULA 1ª DO REGIME DE EXECUÇÃO

mediante as seguintes cláusulas e condições:

Municipal nº 127, de 10 de janeiro de 2022, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, ao Decreto Municipal nº. 037, de 15 de julho de 2021, alterado pelo Decreto 14.133, de 1º de abril de 2021, mais precisamente no art. 75, II, e em observância Administrativo, de conformidade com dispositivos instituídos pela Lei Federal nº. referente à Dispensa de Licitação, resolvem celebrar o presente Contrato acordo com as formalidades constantes do Processo/CMSF/RN nº. 2023.01.0006, endereço à Rua Vicente de Paula Santos 28 Vital Galvão São Fernando/RN, e de COMUNICADO E MULTIMÍDIA EIRELI, CNPJ 08.947.599/0001-87, com CONTRATANTE, e, de outro lado, a pessoa jurídica GNET SERVIÇOS DE 156 Centro de São Fernando/RN, doravante denominado simplesmente ITPE/RN e do CPF nº. 061.745.954-12 residente e domiciliado à Rua Maria Dantas SILVA, brasileiro, Casado, portador da Carteira da Identidade nº. 2242895 - representado por seu Vice-presidente - senhor MISAEL BRUNO DE ARAÚJO Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 08.221.137/003-88, neste ato CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO - RN inscrita no MULTIMÍDIA EIRELI
SERVIÇOS DE COMUNICADO E
ADMINISTRAÇÃO E, DO OUTRO, GNET
FERNANDO/RN - SECRETARIA DE
A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO,
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 0006/2023

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88
Câmara Municipal de São Fernando - RN
Estado do Rio Grande do Norte



Poder Legislativo - São Fernando - RN

Tobias Fernandes - e-mail: camaramunicipal2015@hotmail.com

Rua Capitão João Florêncio nº 45 - Centro São Fernando-RN Edifício Vereador

CLAUSSULA 19.^a DOS CASOS OMISOS

forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Quinto - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples aposila, dispensada a celebração de termo aditivo, na

formal atualizado do termo de contrato.

Parágrafo Terceiro - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes podem exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor

Parágrafo Segundo - O CONTRATO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Primeiro - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLAUSSULA 18.^a DAS ALTERAÇÕES

mesma Lei.

Parágrafo Segundo - Nesta hipótese, aplica-se também os artigos 138 e 139 da ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assentados o contraditório e a

Parágrafo Quinto - O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato

CLAUSSULA 17.^a DA EXTINGUAÇÃO DO CONTRATO

inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

(10) dias úteis, a contar da data de sua assinatura, em conformidade com o art. 94, no sítio oficial da Câmara Municipal e na imprensa oficial no prazo máximo de dez

Parágrafo Único - O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato

CLAUSSULA 16.^a DA PUBLICAÇÃO

14.133/2021 de acordo com o artigo 106.

imediatamente acordo entre as partes, dentro dos limites impostos pela Lei Federal nº contrato na imprensa oficial prologando-se por 12 meses, podendo ser prorrogado contratação a assinatura e publicação do instrumento

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Estado do Rio Grande do Norte

CMSP/RN PROCESSO N° 2023.01.0006

